



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO**

OBJETO: Prestação de Contas Anual (PCA)

ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)

EXERCÍCIO: 2016

Relatório de Auditoria – Prestação de Contas Anual – Tesouro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O Poder Judiciário Cearense tem a missão de garantir a todos prestação jurisdicional célere e efetiva, assegurando o direito e a cidadania em prol da paz social. Neste contexto, todas as ações são conduzidas no intuito maior de levar o judiciário a cumprir seus altos desígnios, fazendo-o processualmente célere, tecnicamente efetivo, socialmente eficaz e politicamente independente.

2. Em obediência ao art. 10 da Lei Estadual 16.208 de 03 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial de 06 de abril de 2017, cumpre à Auditoria Administrativa de Controle Interno emitir certificado de auditoria, atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3. A Lei 12.509/1995, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, estabelece, em seu art. 8º, § 6º, que os processos de Tomada ou Prestação de Contas, bem como, os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

2. PEÇAS PROCESSUAIS

4. A Prestação de Contas Anual analisada, correspondente ao exercício de 2016, engloba a aplicação dos Recursos Orçamentários do Tesouro do Estado no âmbito do Poder Judiciário Cearense, constando das peças a seguir:

- Rol de responsáveis;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Orçamentárias, por elemento e item;
- Balanços e Demonstrações Contábeis:
 - a) Balanço Orçamentário,
 - b) Balanço Financeiro,
 - c) Balanço Patrimonial,
 - d) Demonstração das Variações Patrimoniais,
 - e) Fluxo de Caixa,
 - f) Notas explicativas.
- Extratos das contas correntes;
- Demonstrativo da execução orçamentária por fonte de recurso;
- Declarações da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Geral, informando que os responsáveis arrolados nas contas do exercício de 2016 estão em dia com a exigência de apresentação das declarações de bens e renda de que trata a Lei Federal 8.730/93;
- Relação das nomeações realizadas no exercício; e
- Relatório de Desempenho da Gestão.

5. Cumpre informar que, segundo o item 7.1 (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª Edição, a peça Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido - DMPL) “é **obrigatória** para as **empresas estatais dependentes**, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação”, e, portanto, não consta das peças enviadas.

3. DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TABELA 01 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 15.930/15)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00
Déficit	R\$ 987.161.268,00		R\$ 1.047.361.268,00		R\$ 1.044.468.719,37
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	R\$ 987.161.268,00	R\$ 1.047.361.268,00	R\$ 1.044.468.719,37	R\$ 1.044.014.109,22	R\$ 1.044.008.281,60
Despesas Correntes	R\$ 987.161.268,00	R\$ 1.047.361.268,00	R\$ 1.044.468.719,37	R\$ 1.044.014.109,22	R\$ 1.044.008.281,60
Pessoal e Encargos Sociais (h)	R\$ 916.695.244,00	R\$ 962.695.244,00	R\$ 960.151.717,18	R\$ 959.713.674,39	R\$ 959.713.508,89
Outras Despesas Correntes (i)	R\$ 70.466.024,00	R\$ 84.666.024,00	R\$ 84.317.002,19	R\$ 84.300.434,83	R\$ 84.294.772,71
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	R\$ 60.200.000,00	-	-	R\$ 454.610,15	R\$ 5.827,62
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	6,10%		Despesas Direta com Custeio (i/e)	8,07%	
Resultado Orçamentário (b/e)	-%		Despesas Direta com Investimento (j/e)	0,00%	
Execução da Receita (b/a)	-%		Despesas Pagas (g/e)	99,96%	
Execução da Despesa (e/d)	99,72%		Restos a Pagar Não Processados (m/e) ..	0,04%	
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	91,93%		Restos a Pagar Processados (n/e)	0,001%	

Fonte: Balanço Orçamentário, sistema S2GPR

6. Da análise do Balanço Orçamentário pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo.
- b) O Órgão não possui receita própria.
- c) O saldo da dotação atualizada de R\$ 1.047.361.268,00 corresponde com o valor fixado na LOA e suplementações por Decreto, conforme abaixo:
 - Lei nº 15.930/15 (Dotação Inicial) R\$ 987.161.268,00
 - Decreto nº 32.116/16 (Pessoal e Encargos Sociais) R\$ 46.000.000,00
 - Decreto nº 32.116/16 (Outras Despesas Correntes)..... R\$ 4.200.000,00
- d) O nível de alteração orçamentária da despesa foi positivo em 6,10%, o que revela pouco replanejamento.

e) A execução das despesas equivale ao total empenhado em despesas correntes que concentrou 91,93% sobre despesas diretas com pessoal, restando 8,07% para despesas diretas com custeio, não havendo, portanto, empenho em despesa de capital (investimentos).

f) O percentual dos recursos financeiros comprometidos com o pagamento de pessoal, manteve-se acima de 90%, assim como ocorreu no exercício de 2015 que foi de 92,80%.

g) O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 0,04% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante.

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

TABELA 02 – BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ordinária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vinculada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	R\$ 1.045.248.097,81	R\$ 999.580.387,31
Com Execução Orçamentária	R\$ 1.043.600.714,72	R\$ 995.296.920,19
Para Execução de Restos a Pagar	R\$ 1.647.383,09	R\$ 4.283.467,12
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	R\$ 306.199.243,05	R\$ 316.449.545,63
Inscrições de Restos a Pagar Processados	R\$ 5.827,62	R\$ 2.875,23
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 454.610,15	R\$ 2.981.084,83
Valores Restituíveis	R\$ 305.738.805,28	R\$ 313.465.585,57
Consignações do Exercício	R\$ 305.738.805,28	R\$ 313.465.585,57
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total (V)= (I + II+ III + IV)	R\$ 1.351.447.340,86	R\$ 1.316.029.932,94
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	R\$ 1.044.468.719,37	R\$ 998.280.880,25
Ordinária	R\$ 1.044.468.719,37	R\$ 998.280.880,25
Vinculada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Transferências Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	R\$ 306.978.621,49	R\$ 317.749.052,69
Restos a Pagar Processados	R\$ 0,00	R\$ 834.695,73
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.647.383,09	R\$ 3.090.237,95
Valores Restituíveis	R\$ 305.331.238,40	R\$ 313.824.119,01
Consignações do Exercício	R\$ 305.331.238,40	R\$ 313.465.585,57
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 358.533,44
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	R\$ 1.351.447.340,86	R\$ 1.316.029.932,94

Fonte: Balanço Financeiro, S2GPR

7. Da análise do Balanço Financeiro pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo.
- b) O resultado financeiro do exercício foi zero, em virtude das contas “Saldo em Espécie do Exercício Anterior” e “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” apresentarem saldos zerados. Outrossim, não houve registro na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” no Balanço Patrimonial.
- c) Não obstante a rubrica “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” não apontar valor, existem saldos nos extratos de dezembro nas Contas do Banco do Brasil nº 25.710-9 PAE (c/c R\$ 61,64), nº 1062-6 (investimentos R\$ 11.418,82) e nº 700405-5 – Pagamento de Pessoal (c/c R\$ 4.876,27 e investimentos R\$ 5.752,32). Importa salientar alguns esclarecimentos relativos ao assunto:
- A Secretaria de Finanças deste Tribunal de Justiça solicitou à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, através do Ofício nº 270/2017-SEFIN, a criação e mapeamento de uma “conta-corrente contábil” para conta bancária nº 700405-5 do Banco do Brasil, de forma que sua movimentação seja devidamente contabilizada no sistema S2GPR.
 - Quanto a conta bancária nº 25.710-9, aquela Secretaria informou, através do Memorando nº 79/2017-SEFIN:

“... a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará/SEFAZ-CE está iniciando trabalhos no sentido de inserir no Poder Judiciário os mesmos procedimentos de pagamento de folha de salários executados no Executivo, afim de tornar a gestão dos recursos em questão mais transparente, através do mapeamento e contabilização da citada conta no S2GPR”.
 - E, ainda, sobre a conta bancária nº 1062-6:

“... o cadastramento da conta no S2GPR não será efetivado, visto que o convênio já foi finalizado, sendo providenciado a devolução do saldo existente da conta para quem de direito e o posterior encerramento da conta”.
- d) Houve registros em Recebimentos Extraorçamentários nas rubricas Inscrições de Restos a Pagar Processados e Não Processados, além de Valores Restituíveis a título de Consignações do Exercício, conforme demonstrados na Tabela 02.
- e) Por sua vez, foram apresentados Pagamentos Extraordinários em Restos a Pagar Não Processados e Valores Restituíveis decorrente de Consignações do Exercício.

f) As despesas inscritas em “Restos a Pagar” pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará serão pagas com as disponibilidades de caixa do Tesouro do Estado, a exemplo dos demais órgãos estaduais da Administração Direta. Salienta-se que, quanto menor for esse índice, melhor será o equilíbrio orçamentário.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

TABELA 03 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				
Itens	Exercício 2016	Análise Vertical	Exercício 2015	Análise Horizontal
Ativo Circulante	R\$ 3.300,00	0,001%	R\$ 12.300,00	-73,17%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 3.300,00	0,001%	R\$ 12.300,00	-73,17%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 3.300,00	0,001%	R\$ 12.300,00	-73,17%
Ativo Não Circulante	R\$ 273.779.906,20	99,999%	R\$ 267.767.338,74	2,25%
Imobilizado	R\$ 266.015.869,31	97,163%	R\$ 262.982.715,88	1,15%
Bens Móveis	R\$ 119.432.969,21	43,623%	R\$ 116.889.930,36	2,18%
Bens Imóveis	R\$ 146.582.900,10	53,540%	R\$ 146.092.785,52	0,34%
Intangível	R\$ 7.764.036,89	2,836%	R\$ 4.784.622,86	62,27%
Softwares	R\$ 7.764.036,89	2,836%	R\$ 4.784.622,86	62,27%
Total	R\$ 273.783.206,20	100,000%	R\$ 267.779.638,74	2,24%
PASSIVO				
Itens	Exercício 2016	Análise Vertical	Exercício 2015	Análise Horizontal
Passivo Circulante	R\$ 1.143.249,03	0,42%	R\$ 731.989,89	56,18%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	R\$ 4.240,73	0,00%	R\$ 4.702,92	-9,83%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.139.008,30	0,42%	R\$ 727.286,97	56,61%
Passivo Não-Circulante	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-%
Patrimônio Líquido	R\$ 272.639.957,17	99,58%	R\$ 267.047.648,85	2,09%
Resultados Acumulados	R\$ 272.639.957,17	99,58%	R\$ 267.047.648,85	2,09%
Superávits/ Déficit Acumulados	R\$ 272.639.957,17	99,58%	R\$ 267.047.648,85	2,09%
Superávits/ Déficit do Exercício	R\$ 25.496.675,97	9,31%	R\$ 55.319.336,21	-53,91%
Superávits/ Déficit de Exercícios Anteriores	R\$ 389.016.551,71	142,09%	R\$ 333.697.215,50	16,58%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 141.873.270,51	-51,82%	-R\$ 121.968.902,86	16,32%
Total	R\$ 273.783.206,20	100,00%	R\$ 267.779.638,74	2,24%
ATIVO REAL	Ativo Financeiro			R\$ 0,00
	Ativo Permanente			R\$ 273.783.206,20
PASSIVO REAL	Passivo Financeiro			R\$ 3.066.224,12
	Passivo Permanente			R\$ 0,00
ATIVO REAL LÍQUIDO	Saldo Patrimonial			R\$ 270.716.982,08

Fonte: Balanço Patrimonial, S2GPR

8. Da análise do Balanço Patrimonial pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo, apenas conta de resultado.
- O total do Ativo confere com o total do Passivo.

c) Houve uma redução de R\$ 29.822.660,24 do *superavit* do exercício, representando 53,91% em relação ao resultado do exercício de 2015.

d) Constatou-se um *déficit* financeiro de R\$ 3.066.224,12, cujo valor é composto pelo total do Passivo Circulante (R\$ 1.143.249,03), acrescido de Crédito Empenhado a Liquidar (R\$ 454.610,15) e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (R\$ 1.468.364,94), conforme informações constantes nas Notas Explicativas.

e) O Ativo Real corresponde ao total do Ativo Permanente e o Passivo Real equivale ao Passivo Financeiro. Por conseguinte, o Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido) foi de R\$ 270.716.982,08.

f) Os bens adquiridos com recursos do FERMOJU e FUNSEG foram incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário, conforme dispõem normativos próprios.

g) Não restou evidenciado saldo na conta Almoxarifado, situação semelhante a 2015.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TABELA 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	Exercício 2016	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2015	Análise Horizontal
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.045.248.097,81	99,43%	999.580.387,31	4,57%
Transferências Intragovernamentais	1.045.248.097,81	99,43%	999.580.387,31	4,57%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.014.702,82	0,57%	8.527.887,04	-29,47%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.014.702,82	0,57%	8.527.887,04	-29,47%
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.051.262.800,63	100,00%	1.008.108.274,35	4,28%
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	Exercício 2016	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2015	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	968.950.570,54	94,46%	895.650.655,22	8,18%
Remuneração a Pessoal	797.485.714,44	77,75%	742.720.761,71	7,37%
Encargos Patrimoniais	141.714.323,56	13,82%	134.711.332,66	5,20%
Benefícios a Pessoal	28.306.987,12	2,76%	17.155.430,46	65,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	1.443.545,42	0,14%	1.063.130,39	35,78%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.325.797,89	0,42%	4.818.917,85	-10,23%
Pensões	4.241.349,23	0,41%	4.654.616,36	-8,88%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	84.448,66	0,01%	164.301,49	-48,60%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	35.555.121,16	3,47%	34.387.901,79	3,39%
Uso de Material de Consumo	51.450,00	0,01%	820.725,04	-93,73%
Serviços	35.503.671,16	3,46%	33.567.176,75	5,77%
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00%	0,00	-%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.924,41	0,00%	0,00	-%
Juros e Encargos de Mora	22.924,41	0,00%	0,00	-%
TRIBUTÁRIAS	2.445,00	0,00%	11.522,90	-78,78%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00%	220,00	-100,00%
Contribuições	2.445,00	0,00%	11.302,90	-78,37%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.909.265,66	1,65%	17.919.940,38	-5,64%
Premiações	1.175,00	0,00%	0,00	-%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.908.090,66	1,65%	17.919.940,38	-5,65%
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.025.766.124,66	100,00%	952.788.938,14	7,66%
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO	25.496.675,97		55.319.336,21	-53,91%

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, S2GPR

9. Da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais, destaquem-se os seguintes pontos:

a) Não se observaram contas com inversão de saldo;

b) Houve *superavit* patrimonial de R\$ 25.496.675,97, correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial.

c) As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pelas Transferências Intragovernamentais, provenientes do Tesouro do Estado do Ceará, em R\$ 1.045.248.097,81. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nas saídas de Pessoal e Encargos em R\$ 968.950.570,54 e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo em R\$ 35.555.121,16.

d) Das análises não foi identificado registro contábil de depreciação, que é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos imobilizados de longa duração. Importante ressaltar que a aludida situação está sendo tratada pelas áreas responsáveis.

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

10. Da análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, destaque-se o seguinte ponto:

a) Verificou-se que o fluxo de caixa líquido das atividades das operações obteve saldo zero, bem como não houve fluxo de caixa das atividades de investimentos, portanto, a Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustado permaneceu nula, situação similar ao exercício de 2015.

4. GESTÃO FISCAL

11. Sobre a Gestão Fiscal, a Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, estabelece, em seu art. 20, alínea “b”, o limite de 6% da Receita Corrente Líquida para fazer face às Despesas com Pessoal. No parágrafo único, art. 22 da citada Lei, constam restrições de gastos aplicáveis, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ou seja, 5,70% da RCL.

12. Esta Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno analisando a conformidade da execução orçamentária estabelecida pelas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações afins, conforme inciso XIV da Lei Estadual 15.833, de 27 de julho de 2015, verificou que o total

da despesa executada com pessoal, para fins de apuração do limite no exercício em análise, assim representou da Receita Corrente Líquida do Estado:

- 1º quadrimestre – 5,59%
- 2º quadrimestre - 5,35%
- 3º quadrimestre – 5,12%

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

13. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2016 foi embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios e sistemas eletrônicos, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos.

14. Por meio da elaboração de Matriz de Riscos, definiram-se, com razoável segurança, os processos e objetos que deveriam ser verificados, prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e de sua importância relativa para os procedimentos de auditoria.

15. Considerando que os recursos do Tesouro com Custeio atingiu 8,07% do Executado, proporcionalmente, delimitou-se o universo passível de auditoria. Nesse sentido, atuou-se basicamente sobre a gestão administrativa do Tribunal de Justiça, restando a análise da regularidade das contratações de maior materialidade do órgão na Prestação de Contas do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU.

16. Em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria, procedeu-se as seguintes atividades de auditoria, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da economicidade:

- 09 auditorias operacionais;
- 06 contratos específicos;
- 03 auditorias em Obras de Engenharia;
- 02 auditorias em Tecnologia da Informação;
- 03 sistemáticas e
- 02 especiais.

17. E em cumprimento às Ordens de Serviço de Auditoria, foram elaborados os relatórios de auditoria pertinentes aos objetos abaixo relacionados:

- a) **Cálculo da GAM** – Unidades dos Oficiais de Justiça – Relatório 01/2016;
- b) **Energia Elétrica** - Contratos nº 13/2012 e 25/2012 – Coelce – Relatório 05/2016;
- c) **Contribuição ao Funaprev** – Relatório 06/2016;
- d) **Sistema de Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância** (Módulo: Distribuição Processual) – Relatório 07/2016;
- e) **Sistema de Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância** (Módulo: Distribuição Processual) – Relatório 08/2016;
- f) **Prestação de Contas Anual** (Exercício 2015) – Relatório 10/2016;
- g) **Estagiários/ Monitores** – Relatório 11/2016;
- h) **Creche, Esmec e Secad (Departamento Editorial e Gráfico)** – Relatório 13/2016;
- i) **Obrigações Patrimoniais (INSS)** – Relatório 14/2016;
- j) **Suprimentos de Fundos** – Exercício 2015 – Relatório 16/2016;
- k) **Folha de Pagamento** – Magistrados – Relatório 19/2016;
- l) **Acompanhamento Execução Orçamentária** – Relatório 22/2016
- m) **Sistema de Medição de Obras** – Relatório 24/2016;
- n) **Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado** – Relatório 25/2016

18. Cumpre informar que os achados de auditoria dos relatórios mencionados acima foram sanados pelas áreas auditadas ou se encontram em processo de resolução. As inconsistências que ainda não foram solucionadas estão sendo acompanhadas por meio de monitoramento sistemático do cumprimento das recomendações/determinações por parte desta Unidade de Auditoria de Controle Interno.

19. No que diz respeito à regularidade dos empenhos nas modalidades de dispensa e inexigibilidade, foram efetuados testes, por amostragem, mediante consulta no sistema Ciclo Orçamentário do Sistema de Gestão Governamental por Resultados, avaliando a adequação da modalidade, dos quais constatou-se conformidade com a contratação celebrada.

20. Por sua vez, no que pertine aos exames de auditoria com foco nos processos de pagamento, verificou-se a consonância da classificação orçamentária e da realização das fases da despesa, observando as competências internas delimitadas em Portarias, dentre outros aspectos, consoante o trabalho de auditoria pertinente à Companhia Energética do Ceará – Coelce – Contrato nº

25/2012 (Relatório nº 05/2017), bem como, a atividade de auditoria concernente às Despesas de Exercício Anterior – Custeio (Relatório nº 06/2017).

6. CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS

21. A execução dos recursos relativos aos Suprimentos de Fundos concedidos pelo Poder Judiciário Cearense no exercício de 2016, objeto de análise quanto a sua regularidade e as respectivas prestações de contas, foi considerada satisfatória, atendendo à legislação vigente.

22. Esta Unidade de Controle Interno analisou, de forma amostral, 72 processos de concessão de suprimento de fundos do universo de 198. As inconsistências apontadas estão sendo tratadas no Relatório de Auditoria Interna nº 08/2017.

7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

23. No desenvolvimento da política de recursos humanos no exercício de 2016, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), pautou-se por projetos e ações que implementassem critérios mais objetivos e profissionais ao desenvolvimento do capital humano do Poder Judiciário cearense, alinhado a objetivos estratégicos desta Corte de Justiça como “Garantir a valorização dos magistrados e servidores (objetivo nº 10)” e “Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços (objetivo nº 11)”.

24. Dessa forma, foram desenvolvidos os projetos e ações a seguir descritos:

1º. Concurso público para ingresso de novos servidores e cadastro de reserva (PJS GP2013002): No ano de referência não houve realização de concurso público de servidores, considerando que o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reservas, em cargo de nível médio e superior, regido pelo Edital nº 1/2014, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 13 de fevereiro de 2014, encontra-se vigente, mediante prorrogação da validade do certame por 02 (dois) anos, ocorrida em sessão realizada pelo Órgão Especial, na data de 16 de setembro de 2016, conforme publicação no DJE de 22 de setembro de 2016, resultou nas nomeações relacionadas abaixo, por cargo e lotação, no ano de 2016.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

CLASS	CANDIDATO	SITUAÇÃO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DJE
59	YELINE CARVALHO CORDEIRO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
60	EMYLY MELO QUEIROZ	FINAL DE LISTA DJE 06/09/2016	1273/2016	26/07/2016
61	GLAUCIA VIRGÍNIA PIRES MARINHO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
62	ANDREI FERNANDES DE AQUINO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
63	PEDRO AMARAL ALCÂNTARA	FINAL DE LISTA DJE 17/08/2016	1273/2016	26/07/2016
64	DANIEL ALVES MENDES FILHO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
65	PRISCILLA DE BRITO CRUZ	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
66	PEDRO AUSTREGESILO SCUSSEL	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
67	LUIZ ALBERTO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
68	FELIPE WILLIAM SILVA GONÇALVES	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
69	FRANCISCO DAS CHAGAS DE VASCONCELOS NETO	FINAL DE LISTA DJE 17/08/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
70	MARA CARNEIRO DE PAULA PESSOA	EM EXERCÍCIO	1445/2016	17/08/2016
71	BRUNO MESQUITA BRAGA	EM EXERCÍCIO	1660/2016	21/09/2016

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

CLASS	CANDIDATO	SITUAÇÃO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DJE
125	TICIANA DOTH RODRIGUES ALVES	EM EXERCÍCIO	528/2016	05/04/2016
126	FRANCISCO GILDEVAN SOUSA DA COSTA	EM EXERCÍCIO	528/2016	05/04/2016
127	RENATO RAMOS MAGALHÃES	DESISTENTE DJE 05/04/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
128	ISABELLE LEITÃO ROCHA	DESISTENTE DJE 05/04/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO

129	MARIA ANITA ARARUNA CORREA	FINAL DE LISTA DJE 05/04/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
130	ALICE MONTENEGRO OSÓRIO	EXONERADO DJE 05/06/2017	528/2016	05/04/2016
131	ARIEL ALVES DE FREITAS	EXONERADO DJE 21/09/2016	528/2016	05/04/2016
132	TAMYLLA THAISE ELIAS BATISTA	FINAL DE LISTA DJE 26/07/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
133	PABLO RAYFF ARAÚJO FERREIRA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
134	NORMANDO MOREIRA GAMA JÚNIOR	FINAL DE LISTA DJE 26/07/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
135	VICTOR HUGO LINHARES DE CARVALHO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
136	ÍTALO SOARES BRASIL	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
137	PAULO ROBERTO MAGALHÃES FEITOSA	EXONERADO DJE 13/11/2016	1273/2016	26/07/2016
138	NAARA VASCONCELOS DE FRANCA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
139	MONIQUE LINO FERRO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
140	WALLACH ABRANTES DE ANDRADE	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
141	LUCIANA DE FÁTIMA COSTA BEZERRA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
142	DAVID BECCO DE SOUSA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
143	GLEDSON CAVALCANTE DE SOUZA	EXONERADO DJE 16/10/2016	1273/2016	26/07/2016
144	KLOVIS CARICIO DA CRUZ MARQUES	DESISTENTE DJE 26/07/2016	NÃO NOMEADO	NÃO NOMEADO
145	DANIELLE DE SOUZA BRITO	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
146	LARA VERAS LOPES	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016
147	GIANNI SILVA BEVILÁQUA	EM EXERCÍCIO	1273/2016	26/07/2016

2º. Concurso público para ingresso de magistrados: Nomeação de 76 novos Juízes aprovados no concurso para Juízes Substitutos regido pelo Edital nº 01/2014, DJE de 21 de fevereiro de 2014, conforme Portarias disponibilizadas no DJE de 17 de fevereiro de 2016, tendo a posse coletiva sido realizada em 25 de fevereiro de 2016.

3°. Concurso de Remoção Simplificado para os Cargos de Analista Judiciário – Execução de Mandados/Oficial de Justiça Avaliador: O Concurso de Remoção Simplificado para os cargos efetivos de Oficial de Justiça Avaliador/Analista Judiciário – Execução de Mandados ofertou 58 vagas nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária, por meio do Edital nº 61/2016, DJE de 22 de agosto de 2016. A classificação provisória deste certame foi publicada pelo Edital nº 65/2016, DJE de 19 de setembro de 2016. Posteriormente, a classificação final foi publicada pelo Edital nº 81/2016, DJE de 25 de novembro de 2016 e, por conseguinte, divulgada, pela Portaria nº 2069/2016, disponibilizada no DJE de 25 de novembro de 2016, a remoção de 16 servidores.

4°. Concursos de Remoção para Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania: Foram realizados dois Concursos de Remoção Simplificada dos Cejusc. O primeiro ofertou 18 vagas para as Comarcas de Entrância Intermediária e Final, conforme Edital nº 161/2015, DJE de 11 de dezembro de 2015, tendo sido preenchidas 16 vagas, de acordo com o resultado final publicado pela Portaria nº 405/2016, DJE de 11 de março de 2016. Ademais, o segundo Concurso de Remoção Simplificada para o Cejusc foi publicado por meio do Edital nº 78/2016, DJE de 11 de novembro de 2016, no qual foram ofertadas 25 vagas para as entrâncias intermediária e final, finalizado no corrente ano, removidos 18 (dezoito) servidores, mediante Portaria de Remoção nº 813/2017, DJE de 15/05/2017.

5°. Educação corporativa de servidores do Poder Judiciário cearense: Esta ferramenta de gestão teve como principal objetivo oferecer soluções educacionais customizadas para as principais necessidades de treinamento do Poder Judiciário cearense, tomando como referencial o mapeamento de competências, realizado no exercício de 2015. Como resultados dessa iniciativa, têm-se 98 cursos internos, sendo 18 cursos oferecidos pela Coordenadoria de Educação Corporativa, 20 cursos de Conciliação e Mediação realizados pelo NUPEMEC com o apoio da Coordenadoria de Educação Corporativa e 63 realizados pela Seção de Capacitação do Fórum Clóvis Beviláqua. Foram oferecidos ainda 148 cursos de instituições parceiras. No total foram oferecidas 2391 vagas para capacitação.

6°. Pesquisa de clima organizacional: Esta iniciativa, realizada entre os dias 10 de outubro a 4 de novembro de 2016, teve como principal objetivo mensurar a satisfação do colaborador em

relação ao seu ambiente de trabalho. Tal pesquisa fundamentou-se no Plano Estratégico 2015-2020, que apresentou como produto o indicador nº 28 “Índice de Avaliação da Gestão de Pessoas” o qual busca medir a melhoria na Gestão de Pessoas” O indicador 28 apresentou como meta para o ano de 2016 alcançar 72% de respostas positivas e a pesquisa alcançou 68% de respostas positivas.

7°. Programa de desenvolvimento de gestores: Durante o ano de 2016 o Programa de Desenvolvimento de Gestores do Judiciário Cearense - PDG, iniciado em 2015, continuou a ser executado. O PDG é uma capacitação presencial com 48 h/a que objetivou capacitar 600 gestores em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam. No ano de 2016 foram realizadas 17 turmas. Dessas, 6 foram realizadas em Comarcas do interior do estado e as 14 restantes foram realizadas em Fortaleza. O Programa de Desenvolvimento de Gestores contou com 680 inscritos. Destes, 368 gestores concluíram todas as etapas do curso e receberam certificado, destes, 299 concluíram o curso no ano de 2016. Dos concludentes, 106 são servidores nas comarcas do interior do estado e os demais de Fortaleza e Região Metropolitana.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

25. Registre-se, por oportuno, que os demonstrativos contábeis e financeiros são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR da Secretaria da Fazenda, a quem cabe o gerenciamento do sistema de execução orçamentária financeira e contábil-patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

26. No ano de referência, o TCE/CE, solicitou por meio do ofício nº 1993/2016 – Gab.Pres., esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão Fiscal do TJCE, referente ao 3º quadrimestre de 2015, constante no Certificado nº 008/2016, Processo Nº 00717/2016-5.

27. Em cumprimento à referida solicitação, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará prestou as seguintes informações:

1) Esclarecimentos referentes ao Demonstrativo de Despesa com Pessoal solicitados no subitem 2.1 do Certificado nº 008/2016. Após análises, o TJCE verificou que as divergências apontadas ocorreram nas seguintes despesas:

a – Ajuda de custo – Estatutários (elemento de despesa 31901600 item 0001);

b – Ressarcimento de Pessoal Requisitado;

c – Despesas de Exercícios Anteriores com Inativos.

2) Esclarecimentos solicitados para o Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar no subitem 2.1 do Certificado nº 008/2016;

c) Esclarecimentos solicitados para o Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar no subitem 2.2 do Certificado nº 008/2016.

28. Cumpre informar o registro de denúncia com repercussão no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, protocolizada em 22/04/2016 junto ao MPC – 2ª Procuradoria de Contas, acerca de ofensa ao teto constitucional remuneratório no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, processo nº 03028/2016-8, Ofício nº 2013/2016-GAB.PRES.TCE.

29. Os esclarecimentos da então Presidente deste Tribunal de Justiça, bem como, o documento anexado, comprovando que não houve desvio, burla ou descumprimento legal ao teto constitucional remuneratório, foram encaminhados ao TCE/CE por meio do Ofício 1084/2016-GAPRE, datado de 18/08/2016, protocolizado no Órgão de Contas sob o nº 201608750.

30. Acresça-se, ainda, que compete a esta Unidade de Controle Interno, representada pelo Auditor Chefe Leonel Gois Lima Oliveira e dos Auditores Lídia Maria Mendes dos Santos e Carlos André Melo Pontes, a emissão do Relatório, Certificado e Parecer de Auditoria para integrar as peças exigidas na composição da Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado do Ceará – Exercício 2016.

31. Por fim, esta Auditoria Administrativa considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Auditoria Administrativa de Controle Interno, em Fortaleza, aos 28 de junho de 2017.

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor Chefe